



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 18

QUINTA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 1990

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	201
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	204
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	204
EDITAIS E AVISOS	207

Superior Tribunal de Justiça

Secretaria Judiciária

Subsecretaria de Registros e Informações Processuais

ATA DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA EM 22 DE JANEIRO DE 1990
PRESIDENTE: O EXMO. SR. MIN. TORREAO BRAZ
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA:
REPRESENTANTE DA 3ª-SEÇÃO DF:

AS 17:00 HORAS, NA SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS, FORAM DISTRIBUIDOS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTE FEITOS:

90.0000498-5 AG 2027-MG
AGRTZ : IEDA COUTINHO VIEIRA LIMA E OUTROS
ADV : SEVERO JUNIOR LOPES DA SILVA
AGROD : ECONOMICO CENTRO S/A-CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADV : ARGEMIRO BORGES CARDOSO
RELATOR : MIN. ATNOS CARNEIRO - QUARTA TURMA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000518-3 AG 2047-SC
AGRTZ : ATLANTICA SEGUROS S/A
ADV : LUIZ TRINDADE CASSETTARI
AGROD : TANIA MARIA LEHMKUHL DA SILVA
ADV : OSWALDO JOSE PEDREIRA HORN E OUTRO
RELATOR : MIN. NILSON NAVES - TERCEIRA TURMA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000519-1 AG 2048-SC
AGRTZ : ATLANTICA SEGUROS S/A E OUTRO
ADV : LUIZ TRINDADE CASSETTARI
AGROD : CLOVIS MAURO DA SILVA E CONJUGE
ADV : MARIO DE OLIVEIRA
RELATOR : MIN. NILSON NAVES - TERCEIRA TURMA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000520-5 AG 2049-SC
AGRTZ : BESC FINANCEIRA S/A-CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS-BESCREDI
ADV : LAURO MACHADO LINHARES E OUTROS
AGROD : ARILTON ANTONIO FERNANDES
ADV : PAULO GUEDES MACHADO

RELATOR : MIN. BARROS MONTEIRO - QUARTA TURMA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000521-3 AG 2050-MG
AGRTZ : ANTONIO MADUREIRA SIMOES E CONJUGE
ADV : ANTONIO OLIVEIRA LINS E OUTRO
AGROD : SHIRLEY TEIXEIRA E OUTROS
ADV : OSMANY MOREIRA E OUTRO
RELATOR : MIN. CLAUDIO SANTOS - TERCEIRA TURMA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000522-1 AG 2051-MG
AGRTZ : CANES COM/ LTDA S/C
ADV : SEBASTIAO SIDNEY SOARES E OUTROS
AGROD : ASSOCIACAO MEDICA DE MINAS GERAIS
ADV : JOSE AGUINALDO PINHEIRO E OUTROS
RELATOR : MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO - QUARTA TURMA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000528-0 RESP 1989-ES
RECTE : ANTONIO JOSE FIORIO
ADV : ELIMARIO POSSAMAI E OUTRO
RECD : RITA DE CASSIA LOPES
ADV : PEDRO PAULO VOLPINI
RELATOR : MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO - QUARTA TURMA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000533-7 RNS 242-SP
RECTE : CIA/ DO METROPOLITANO DE SAO PAULO-METRO
ADV : PATROCINIA DA SILVA BORGES E OUTROS
T.ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO
IMPOD : JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA MUNICIPAL-SP
RELATOR : MIN. GARCIA VIEIRA - PRIMEIRA TURMA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
VISTA A SUBPROCURADORIA

90.0000534-5 CC 957-SE
AUTOR : JAIR JACINTO DE BARROS
ADV : PEDRO PEREIRA SOBRINHO
REU : SERVICO DE ASSISTENCIA SOCIAL PAROQUIAL DE FREI PAULO
ADV : JOSE SIMPLICIANO FONTES E OUTRO
SUSCITE : JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE ITABAIANA-SE
SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE FREI PAULO-SE
RELATOR : MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO - SEGUNDA SEÇÃO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000535-3 CC 958-SE
AUTOR : JAIR JACINTO DE BARROS
ADV : PEDRO PEREIRA SOBRINHO
REU : SINDICATO RURAL DE FREI PAULO
ADV : JOSE SIMPLICIANO FONTES E OUTRO
SUSCITE : JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE ITABAIANA-SE
SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE FREI PAULO-SE
RELATOR : MIN. NILSON NAVES - SEGUNDA SEÇÃO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000536-1 CC 959-RJ
AUTOR : BRASIL VISCOS S/A
ADV : NELSON DE AZEVEDO BRANCO E OUTROS
REU : LIGHT - SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A
SUSCITE : JUIZO FEDERAL DA 12ª VARA-RJ
SUSCDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. AMERICO LUIZ - PRIMEIRA SEÇÃO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
CONCLUSÃO AO RELATOR

90.0000537-0 RNS 237-MG
RECTE : MAPSS ENGENHARIA COM/ IND/ LTDA
ADV : CELSO SOARES GUEDES FILHO
T.ORIGEM: TRIBUNAL DE ALCADA DE MINAS GERAIS
IMPOD : JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CIVEL DE TEOFILO OTONI-MG
RELATOR : MIN. GUEIROS LEITE - TERCEIRA TURMA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/01/90
VISTA A SUBPROCURADORIA

90.0000556-6

RECTE : IMOBILIARIA SAO JOSE LTDA
 ADV : MELIO MALDONADO JORGE E OUTROS
 RECDO : CLETO DA COSTA FIRME E OUTROS
 ADV : SERGIO LUIZ LAIBER E OUTROS
 RELATOR : MIN. BARROS MONTEIRO - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

RESP 1992-LS

ADVOGADO: GUILHERME PIVETI
 RELATOR : MIN. MIGUEL FERRANTE - SEGUNDA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000557-4

AGTE : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
 ADV : ANTONIO CARLOS MARCONDES MACHADO
 AGRO : SEBASTIAO CARLOS ZANELLI E OUTROS
 ADV : JOAO BERNARDINO GARCIA GONZAGA E OUTROS
 RELATOR : MIN. JOSE DE JESUS - PRIMEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2055-SP

90.0000558-3-9

AG 2061-SP

AGTE : PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO
 ADV : JULIO C TESMAINER E OUTRO
 AGRO : ASA SUSTER E OUTROS
 ADV : ESMERALDA LEITE FERREIRA MURANO E OUTROS
 AGRO : JOSE AYRES CARDOSO
 ADV : LEONIDIA DE OLIVEIRA FILHA
 AGRO : DIUNIZIO CALDEIRA BRAZAO
 ADVOGADO: ARMANDO FONTES CESAR
 RELATOR : MIN. AMERICO LUZ - SEGUNDA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000558-2

AGTE : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
 ADVOGADO: BENEDICTA VALL BASTOS NORZIATO
 AGRO : SONIA MARIA RANGEL E OUTROS
 ADV : SELMA APARECIDA FERREIRA E OUTROS
 RELATOR : MIN. GERALDO SOBRAL - PRIMEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2056-SP

90.0000558-7

AG 2062-SP

AGTE : ALCIDES DE BARROS FARO
 ADV : EVELCOR FORTES SALZANO E OUTROS
 AGRO : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO
 RELATOR : MIN. COSTA LIMA - QUINTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000559-0

AGTE : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
 ADVOGADO: ANA LUCIA AMARAL
 AGRO : MALVALO VAGLIENGO FILMO E OUTROS
 ADV : MARILENE EBOLI GUIMARAES
 RELATOR : MIN. ILMAR GALVAO - SEGUNDA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2057-SP

90.0000559-5

AG 2063-SP

AGTE : JARDIM CONTEMPORANEO COM/ E IMPORTACAO LTDA
 ADV : EURICO DE CASTRO PARENTE E OUTROS
 AGRO : RICARDO BOLOGNA SOARES DE OLIVEIRA
 ADV : CLEUSA GOMES
 RELATOR : MIN. GUEIROS LEITE - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000560-4

AGTE : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE SAO PAULO
 ADV : SILVIA DE SOUZA BOLOGNA
 AGRO : MARIA BRONDI DAIUTO E OUTROS
 ADV : JOSE EDUARDO FERREIRA NETTO E OUTRO
 RELATOR : MIN. VICENTE CERNICCHIARO - SEGUNDA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2058-SP

90.0000566-3

AG 2064-SP

AGTE : FRANCISCO JOSE FORTI DOS SANTOS
 ADV : JOSE ROBERTO COSTA E OUTRO
 AGRO : ALEXANDRE TABOCCI PLACCO
 ADVOGADO: LUIZ PLACCO JUNIOR E OUTROS
 RELATOR : MIN. CLAUDIO SANTOS - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000561-2

AGTE : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
 ADVOGADO: LUCIANA APARECIDA RANGEL BERMUDEZ
 AGRO : MUNICIPALIDADE DE SANTO ANASTACIO
 ADV : EDUARDO NELSON CANIL REPLE E OUTROS
 RELATOR : MIN. PEDRO ACIOLI - PRIMEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2059-SP

90.0000567-1

AG 2065-SP

AGTE : AUTO POSTO ANTONUCCI LTDA
 ADV : JOSE OLYMPIO ALVES MOTTA E OUTROS
 AGRO : CIA/ DO METROPOLITANO DE SAO PAULO-METRO
 ADV : LINDINALVA CUNHA E OUTRO
 RELATOR : MIN. EDUARDO RIBEIRO - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000562-0

AGTE : VALVULAS SCHRAMER DO BRASIL S/A
 ADV : VALTER EUSTAQUIO FRANCO
 AGRO : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO

AG 2060-SP

90.0000568-0

AG 2066-SP

AGTE : OSWALDO NIELE E CONJUGE
 ADV : ALFREDO LABRIOLA E OUTROS
 AGRO : NELSON DE JESUS FIDALGO E CONJUGE
 ADV : EDGARDO SACCHI
 RELATOR : MIN. FONTES DE ALENCAR - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000569-8

AG 2067-SP

AGTE : SUELI DOS SANTOS
 ADV : ORESTES MAZIEIRO E OUTRO
 AGRO : TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO
 RELATOR : MIN. FLAQUEM SCARTEZZINI - QUINTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000570-1

AG 2068-SP

AGTE : ELZA MAY E OUTRO
 ADV : JOSE CARLOS DE CASTRO GOPPERT
 AGRO : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
 ADVOGADO: LEILA D'AURIA
 RELATOR : MIN. MIGUEL FERRANTE - SEGUNDA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000571-0

AG 2069-RS

AGTE : VALENTINA LUCIANO LIBERATO E OUTROS
 ADV : SALOMAO MANOEL DA SILVA
 AGRO : OLGA DOS SANTOS E OUTROS
 ADV : LUIZ AMADOR DOS REIS SOBRINHO E OUTRO
 RELATOR : MIN. EDUARDO RIBEIRO - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000572-8

AG 2070-SP

AGTE : MADIR FRANCO DOS SANTOS
 ADV : PAULO FRANCELINO E OUTRO
 AGRO : NORBERTO DE JESUS ANJOS FRANCO
 ADV : VICTOR LUTFALLA COURVATHIE
 RELATOR : MIN. WALDEMAR ZVEITER - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

90.0000573-6

AG 2071-SP

AGTE : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
 ADVOGADO: FATIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI
 AGRO : MUNICIPALIDADE DE SOUARE
 ADV : EDUARDO NELSON CANIL REPLE E OUTRO
 RELATOR : MIN. AMERICO LUZ - SEGUNDA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
 Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
 CGC/MF nº 00394494/0016-12

MARLENE FREITAS RODRIGUES ALVES
 Diretora-Geral

MARIA LUZIA DE MELO
 Diretora de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

Jornalistas Responsáveis:

José Edmar Gomes
 Miguel Felix dos Anjos

Isabel Cristina Orrú de Azevedo
 Jorge Luiz Alencar Guerra

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias (térreo).
 Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações
 deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil
 após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos,
 que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	NCz\$ 748,00	NCz\$ 1196,00	NCz\$ 733,00	NCz\$ 603,00
Portes:				
Brasil (superfície)	NCz\$ 143,22	NCz\$ 71,94	NCz\$ 262,02	NCz\$ 143,22
Brasil (aéreo)	NCz\$ 572,88	NCz\$ 286,44	NCz\$ 1.046,76	NCz\$ 572,88

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
 Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
 Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

90.0000574-4
 AGTE : PIRAKRUM IND/ COM/ LTDA
 ADV : ROBERTO FERNANDES DE ALMEIDA
 AGRO : IND/ TEXTIL TSUZUKI LTDA
 ADV : PEDRO SINKAKU MIYAHARA E OUTRO
 RELATOR : MIN. BARROS MONTEIRO - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2072-SP

90.0000575-2
 AGTE : MAX OTTO BUESS-ESPOLIO
 ADV : WALTER ROCA SILVESTRE E OUTROS
 AGRO : CONSTANTINO UZZUN E OUTRO
 ADV : JOSE GUY DE CARVALHO PINTO
 RELATOR : MIN. BUENO DE SOUZA - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2073-SP

90.0000576-0
 AGTE : ELVES MAURI COELHO E OUTRO
 ADV : ALCY GIGLIOTTI E OUTROS
 AGRO : JOAO GIL MARTINS
 ADVOGADO: EDUARDO GIL CARMONA
 RELATOR : MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2074-SP

90.0000577-9
 AGTE : CELESTE DE JESUS ACCIOLY
 ADV : EDUARDO DE JESUS VICTORELLO
 AGRO : EDITH KIRALY
 ADV : MANOEL SAYON NETO
 RELATOR : MIN. ATHOS CARNEIRO - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2075-SP

90.0000578-7
 AGTE : NAIR CECILIA DE ALVARES OTERO PEREIRA AYRES
 ADV : ANTONIO PRESTES D'AVILA E OUTROS
 AGRO : BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A
 ADV : MATILDE DUARTE GONCALVES E OUTROS
 RELATOR : MIN. BUENO DE SOUZA - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2076-SP

90.0000579-5
 AGTE : GLEICE CATALDO MANSUR GUERIOS
 ADV : CLAUDINEI MARCHI
 AGRO : MARTHA OIMOV SANTIAGO
 ADV : TADEU LUIZ LASKOWSKI
 RELATOR : MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2077-SP

90.0000581-7
 IMPTE : MARCELLO JARDIN LINHARES E OUTRO
 IMPDO : SEGUNDA CAMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE ALCADA DE MINAS GERAIS
 PACTE : ALVARO LOPES CANCADO JUNIOR
 RELATOR : MIN. JOSE DANTAS - QUINTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90

HC 244-MG

90.0000582-5
 AGTE : JOAO FUMIO NOMARA
 ADV : JOSE ROBERTO P MAIA BEZERRA
 AGRO : FRANCISCA CARVALHO SALUSTIANO E CONJUGE
 ADVOGADO: MANOEL LIMA MAGALHAES
 RELATOR : MIN. NILSON NAVES - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2078-PA

90.0000583-3
 AGTE : JOSE DE RIBAMAR GONZAGA MARCAL
 ADV : ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA E OUTRO
 AGRO : HILDA MARCHETTI BORGES
 ADVOGADO: LAURENIO MIRANDA DA ROCHA
 RELATOR : MIN. CLAUDIO SANTOS - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2079-PA

90.0000584-1
 AGTE : NEYDE DA SILVA NORMANDIA
 ADV : AYMBERE DE SOUZA
 AGRO : ABILIO NUNES DE ALBUQUERQUE E OUTRO
 ADV : ARNEMIO ANTUNES DE SIQUEIRA E OUTRO
 RELATOR : MIN. WALDEMAR ZVEITER - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2080-RJ

90.0000585-0
 AGTE : HERBERT LEOPOLDO GOES-ESPOLIO
 ADV : CARMEN SANTA ROSA GUIMARAES RAMOS E OUTROS
 AGRO : MARIA JOSE NEAS
 ADVOGADO: HELIO ROCHA E OUTROS
 RELATOR : MIN. CLAUDIO SANTOS - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2081-RJ

90.0000586-8
 AGTE : EXPRESSO SAO JORGE LTDA
 ADV : ELIETE DUARTE PINTO E OUTROS
 AGRO : ZENILDA MOURA
 ADVOGADO: DARIO PANTALEAO DE BRITO
 RELATOR : MIN. BUENO DE SOUZA - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2082-RJ

90.0000587-6
 AGTE : BANCO DO BRASIL S/A
 ADV : JANDOVIR JOSE OLMO E OUTROS
 AGRO : A C IND/ E COM/ IMPORTACAO E EXPORTACAO
 ADV : IARA VITORIA DE FARIA E OUTROS
 RELATOR : MIN. NILSON NAVES - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2083-SP

90.0000588-4
 AGTE : CASAS DA BANHA COM/ IND/ S/A
 ADV : CARLOS VALENCA TEIXEIRA E OUTROS
 AGRO : BANCO BRADESCO S/A
 ADV : SIMONE CARVALHO DE MIRANDA E OUTROS
 RELATOR : MIN. GUEIROS LEITE - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2084-RJ

90.0000589-2
 AGTE : VIACAO REDENTOR S/A
 ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTRO
 AGRO : JUAREZ TELES DA SILVA
 ADV : MARCIA REGINA SPINOLA TOURINHO
 AGRO : TEL-TRANSPORTES ESTRELA LTDA
 ADV : JORGE SILVA E OUTRO
 RELATOR : MIN. WALDEMAR ZVEITER - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 2085-RJ

90.0000590-6
 RECTE : CELIO ANTONIO PEREIRA
 ADV : ADAUTO ALONSO S GUANES E OUTROS
 RECD : TRIBUNAL DE JUSTICA DO TOCANTINS
 PACTE : CELIO ANTONIO PEREIRA
 RELATOR : MIN. CARLOS THIBAU - SEXTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 VISTA A SUBPROCURADORIA

RHC 485-TO

90.0000591-4
 RECTE : PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO
 ADV : ANA MARIA CASSEB NAHUIZ
 RECD : HUGO ENEAS SALOMONE
 ADV : LUCIANA BARBANTE TAVARES SPADLONZI E OUTROS
 T-ORIGEM: TRIBUNAL DE ALCADA DE SAO PAULO
 IMPDO : JUZO COORDENADOR DAS VARAS DE EXECUCOES FISCAIS MUNICIPAIS
 RELATOR : MIN. PEDRO ACIOLI - PRIMEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90
 VISTA A SUBPROCURADORIA

RMS 244-SP

90.0000592-2
 IMPTE : VLADIMIR PAULO NEVES
 ADV : RUY COELHO DE BARROS
 IMPDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DE MATO GROSSO
 PACTE : VLADIMIR PAULO NEVES (REU PRESO)
 RELATOR : MIN. COSTA LIMA - QUINTA TURMA
 DISTRIBUICAO DEPENDENCIA OU PREVENCAO (89.0011072-1) EM 22/01/90

HC 245-MT

90.0000609-0
 IMPTE : FRANCISCO ALVES DE LIMA E OUTRO
 IMPDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO
 PACTE : DENIVALDO DE SOUZA
 RELATOR : MIN. JOSE CANDIDO - SEXTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90

HC 246-SP

90.0000610-4
 IMPTE : RONALDO SOGRE LINHARES E OUTRO
 IMPDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO
 PACTE : ALCINETE DIAS DA CRUZ
 RELATOR : MIN. DIAS TRINDADE - SEXTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 22/01/90

HC 247-RJ

MINISTRO	REGIST.	DIST.	REDIST.	TOTAL
MIN. JOSE DANTAS	1			1
MIN. GUEIROS LEITE	3			3
MIN. BUENO DE SOUZA	3			3
MIN. MIGUEL FERRANTE	2			2
MIN. JOSE CANDIDO	1			1
MIN. PEDRO ACIOLI	2			2
MIN. AMERICO LUZ	3			3
MIN. FLAQUER CARTEZZINI	1			1
MIN. COSTA LIMA	2			2
MIN. GERALDO SOBRAL	1			1
MIN. CARLOS THIBAU	1			1
MIN. NILSON NAVES	5			5
MIN. EDUARDO RIBEIRO	2			2
MIN. ILMAR GALVAO	1			1
MIN. DIAS TRINDADE	1			1
MIN. JOSE DE JESUS	1			1
MIN. GARCIA VIEIRA	1			1
MIN. ATHOS CARNEIRO	2			2
MIN. VICENTE CERNICHIARO	1			1
MIN. WALDEMAR ZVEITER	3			3
MIN. FONTES DE ALENCAR	1			1
MIN. CLAUDIO SANTOS	4			4
MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO	5			5
MIN. BARROS MONTEIRO	3			3
TOTAL	50			50

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO. E EU, FRANCISCO COUTINHO LIMA, DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS, EM EXERCÍCIO, A SUBScrevo.

Brasília, 22 de janeiro de 1990

MINISTRO TORREÃO BRAZ
Vice-Presidente

Tribunal Superior do Trabalho

Presidência

ATO Nº 23, DE 18 DE JANEIRO DE 1990

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Em face do disposto na Resolução Administrativa nº 94, de 27 de outubro de 1989, manter a convocação do Exmo. Sr. Juiz MARCO AURÉLIO GIACOMINI, do Tribunal regional do Trabalho da 10ª Região, em quanto perdurar o afastamento do Exmo. Sr. Ministro VIEIRA DE MELLO.

MINISTRO MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEDO

ATO Nº 24, DE 15 DE JANEIRO DE 1990

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nomear JORGE DE ALBUQUERQUE E MELO, Assistente Jurídico, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro AFONSO CELSO MORAES DE SOUSA CARMO, com efeitos a contar de 01 de fevereiro do corrente ano.

MINISTRO MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEDO

ATOS DE 19 DE JANEIRO DE 1990

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 25 - Nomear o Bel. RONALD STARLING SOARES, Técnico Judiciário, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete da Presidência, com efeitos a contar de 19 de janeiro do corrente ano.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 26 - Designar a servidora CARLA ISABELLE TEIXEIRA A. DE FREITAS, Técnico em Atividades Judiciárias, para exercer a função de confiança de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO LEOCÁDIO, com efeitos a contar de 08 de janeiro do corrente ano.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 27 - Designar o servidor VICTOR MANUEL PEREZ JIMENEZ, Auxiliar em Atividades Judiciárias, para substituir MIRIAM BARBOSA DE ANDRADE, no cargo em comissão de Diretor de Serviço, do Serviço de Recursos Humanos, código TST-DAS-102.4, no período de 08 de janeiro a 06 de fevereiro do corrente ano, tendo em vista que a substituta legal está em gozo de férias.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 28 - Nomear a Drª LUCIA EUGÊNIA VELOSO PASSARINHO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete da Presidência, com efeitos a contar de 22 de janeiro do corrente ano.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 29 - Nomear a Bel. REGINA WATANABE DE FARIA, Técnico em Atividades Judiciárias, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro JOSÉ CALIXTO, com efeitos a contar de 09 de janeiro do corrente ano.

MINISTRO MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEDO

A Imprensa Nacional executa serviços gráficos para a Administração Federal.

Consultas: Diretoria de Serviços Gráficos.
Fones (061) 225-4790 e 321-5566 ramal 219.

GOVERNO FEDERAL — TUDO PELO SOCIAL

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA DE JULGAMENTO PARA A SESSÃO PLENA EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAR-SE NO DIA 01/02/90, QUINTA-FEIRA, ÀS 13:30hs (TREZE HORAS E TRINTA MINUTOS).

RELATOR O EXMO. SR. MINISTRO MARCO AURÉLIO E REVISOR O EXMO. SR. MINISTRO ANTÔNIO AMARAL

Processo RO-MA-542/84 da 5ª Região, Recte.: Dário Gonçalves Pastor e Recdo.: Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento do Coité, (Adv.: Dário Gonçalves Pastor).

RELATOR O EXMO. SR. MINISTRO JOSÉ AJURICABA E REVISOR O EXMO. SR. MINISTRO ANTÔNIO AMARAL

Processo RO-MA-847/86,3 da 12ª Região, Recte.: Alveny de Andrade Bitencourt, Recdo.: Egrégio TRT da 12ª Região e Terceiros Interessados: Oldemar Armando Schüneman e Maria do Céu de Avelar.

RELATOR O EXMO. SR. MINISTRO PRATES DE MACEDO E REVISOR O EXMO. SR. MINISTRO MARCO AURÉLIO

Processo RO-RP-423/87,4 da 5ª Região, Recte.: Sérgio Novais Dias e Recdo.: Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Camaçari. (Adv.: Sérgio Novais Dias).

As causas constantes da presente pauta e que não forem julgados nesta Sessão, entrarão em qualquer outra que se seguir, independente de nova publicação.

Brasília, 23 de janeiro de 1990

DEJANIRA GREFF TEIXEIRA
Subsecretária do Tribunal Pleno
no exercício da Secretaria

Superior Tribunal Militar

Corregedoria Geral da Justiça Militar

CORREGEDOR
DIRETORA DE SECRETARIA

DR. CÉLIO DE JESUS LOBÃO FERREIRA
DRA. VERA REGINA SALIBA A. BRANCO

ATA Nº 09/89

AUDIÊNCIA REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1989

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove, nesta cidade de Brasília/DF, na sede da Auditoria de Correição da Justiça Militar, presentes o Corregedor Dr. CÉLIO DE JESUS LOBÃO FERREIRA e a Diretora de Secretaria Dra. VERA REGINA SALIBA ALVES BRANCO, foi pelo Corregedor declarada aberta a audiência às 13:30 horas.

A seguir foram publicados os despachos proferidos nos autos vistos em correição no mês de dezembro, na forma do art. 45, II, letras a e b e III, do DL. de Organização Judiciária Militar e do Provimento nº 18, do Exmo. Sr. Ministro-Presidente do Egrégio Superior Tribunal Militar.

I - AUTOS REMETIDOS AO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

1a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM - A) EM GRAU DE REPRESENTAÇÃO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1569/89 - IPM. nº 18/89 - ANTONIO CARLOS PORRECA e outro. 2a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM - A) EM GRAU DE REPRESENTAÇÃO - FORMA ORDINÁRIA: AF. nº 1538/89 - FO. nº 13/88 - ADÃO PINTO LEONARDO JÚNIOR. 2a. AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1a. CJM - INQUÉRITO POLICIAL - AF. nº 1540/89 - IP nº 35/89 - PAULO CÉSAR BRAGA e outro. AUDITORIA DA 4a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1571/89 - IPM. nº 20/89 - EDI CARLOS DONI ZETTI PEREIRA e outro. EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1637/89 - Ex. Sent. - LUIZ PAULO CESCA. APELAÇÃO: AF. nº 1605/89 - AP. nº 45654 - MARCONI JORGE ABDO.

II - AUTOS REMETIDOS ÀS AUDITORIAS DE ORIGEM DE ACORDO COM O PROVIMENTO Nº 18, DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO-PRESIDENTE DO STM.

1a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - FORMA ORDINÁRIA: AF. nº 1627/89 - FO. nº 15/88 - JOSÉ CARLOS COUTINHO DOS SANTOS e outros - 2 vls. AF. nº 1665/89 - FO. nº 09/89 - ANTONIO CARLOS PEREIRA CÂNDIDO. DESERÇÃO: AF. nº 1626/89 - D. nº 532/89 - GERALDO TRINDADE PEREIRA. AF. nº 1667/89 - D. nº 8720/67 - OTÁVIO ORLANDO RODRIGUES DE SOUZA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1647/89 - Ex. Sent. - CLEOMAR JOSÉ ANESI. AF. nº 1648/89 - Ex. Sent. - MARCELO ANDRADE SILVA SCHMIDT. AF. nº 1666/89 - Ex. Sent. - WELLINGTON FLORÊNCIO DE OLIVEIRA. AF. nº 1668/89 - Ex. Sent. - GUTEMBERGUE CAMPOS GADELHA. AF. nº 1669/89 - Ex. Sent. - JOSÉ LUIZ CARVALHO. AF. nº 1678/89 - Ex. Sent. - JOSÉ ROBERTO FERREIRA RODRIGUES. AF. nº 1586/89 - AP. nº 45360 - LUIZ SILVA RANGEL. AF. nº 1587/89 - AP. nº 45458 - JOÃO ARAÚJO DE FRANÇA. 2a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1628/89 - Ex. Sent. - SÉRGIO JOSÉ DE MENEZES. AF. nº 1629/89 - Ex. Sent. - ROGÉRIO ACOSTA. APELAÇÃO: AF. nº 1588/89 - AP. nº 45715 - PAULO RIBEIRO BARBOSA. 1a. AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1a. CJM: A) PARA ARQUIVAMENTO - APELAÇÃO - AF. nº 1590/89 - AP. nº 45600

VALDECIR EUGÊNIO VIEIRA. AF. nº 1591/89 - AP. nº 45679 - MIGUEL DE JESUS MARTINS FILHO. AF. nº 1592/89 - AP. nº 45464 - MARCIO FERNANDO MEDEIROS. EMBARGOS: AF. nº 1589/89 - Emb. nº 44870 - OTACIR JOIA - 04 vls. 2a. AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - FORMA ORDINÁRIA: AF. nº 1633/89 - FO. nº 10/89 - VALTER COSTA - 02 vls. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1634/89 - IPM. nº 53/89 - MIGUEL DE SOUZA. DESERÇÃO: AF. nº 1630/89 - D. nº 516/89 - VALDECY GOMES ALBINO AF. nº 1631/89 - D. nº 517/89 - PAULINO RANGEL. INSUBMISSÃO: AF. 1632/89 - I. nº 518/89 - CLÁUDIO LUIZ DIAS COUTINHO. APELAÇÃO: AF. 1593/89 - AP. nº 45571 - HELVÉCIO DO AMARAL BORGES - 2 vls. 3a. AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1a. CJM - A) PARA EXECUÇÃO - FORMA ORDINÁRIA: AF. nº 1635/89 - FO. nº 09/87 - DAVID FLÁVIO DA SILVA. B) PARA ARQUIVAMENTO - APELAÇÃO: AF. nº 1594/89 - AP. nº 45711 - NÉVITON SUTIL DE CARVALHO. 2a. AUDITORIA DA AERONÁUTICA DA 1a. CJM - A) PARA EXECUÇÃO - APELAÇÃO: AF. nº 1595/89 - AP. nº 45451 - ELIAS DE OLIVEIRA. B) PARA ARQUIVAMENTO - EMBARGOS: AF. nº 1596/89 - Emb. nº 45474 - JOÃO RICARDO GONÇALVES - 2 vls. 1a. AUDITORIA DA 2a. CJM - A) PARA EXECUÇÃO - APELAÇÃO: AF. nº 1597/89 - AP. nº 45680 - WAGNER MONTREZOL NINNO. AF. nº 1598/89 - AP. nº 45545 - FRANCISCO CARLOS BERTOLATO DA SILVA. B) PARA ARQUIVAMENTO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1636/89 - Ex.Sent. - JOCEMIR SILVESTRE. AF. nº 1670/89 - Ex.Sent. - VALDOVINO PUZZI. AF. nº 1671/89 - Ex.Sent. - FERNANDO DE SOUZA TIOZZI. 2a. AUDITORIA DA 2a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1649/89 - Ex.Sent. - TADEU LUIZ GONÇALVES. AF. nº 1650/89 - Ex.Sent. - LUIZ CARLOS DOS SANTOS. AF. nº 1651/89 - Ex.Sent. - VALDEMIR GASPAR NELO. APELAÇÃO: AF. nº 1599/89 - AP. nº 45505 - PEDRO MARTINS. 3a. AUDITORIA DA 2a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1652/89 - IPM. nº 22/89 - ALEXANDRE DE MELO GREGÓRIO. 1a. AUDITORIA DA 3a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1570/89 - IPM. nº 39/89 - JOSÉ LUIS MOSCHINI e outro. AF. nº 1653/89 - IPM. nº 36/89 - LUIZ GUSTAVO DE SOUZA. AF. nº 1655/89 - IPM. nº 41/89 - FLÁVIO LUIZ WIZER e outra. EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1654/89 - Ex.Sent. - GERSON MONTEIRO VIVIAN. AF. nº 1672/89 - Ex.Sent. - VERNER AMBROSINI SCHULLER. AF. nº 1673/89 - Ex.Sent. - MARCO AURELIO DA SILVA CRUZ. AF. nº 1674/89 - Ex.Sent. - JULIO CESAR NUNES. AF. nº 1675/89 - Ex.Sent. - FERNANDO MOREIRA VALENTE. AF. 1676/89 - Ex.Sent. - MARCEL BRISSAC. APELAÇÃO: AF. nº 1600/89 - AP. 45608 ALTEIR COSTA DA SILVA. AF. nº 1601/89 - AP. nº 45695 - JOÃO MACIEL FERNANDES. 2a. AUDITORIA DA 3a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1681/89 - IPM. nº 28/89 - JOÃO DANIEL DA SILVA e outro. AF. nº 1682/89 - IPM. nº 41/89 - MARCOS THADEU FERREIRA (Enc). APELAÇÃO: AF. nº 1603/89 - AP. nº 45727 - MARCO AURELIO PERES. EMBARGOS: AF. nº 1602/89 - Emb. nº 45320 - GERSON MUNHOZ JORGE. 3a. AUDITORIA DA 3a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - APELAÇÃO: AF. nº 1604/89 - AP. nº 45744 - JORGE PEREIRA. AUDITORIA DA 5a. CJM - A) PARA EXECUÇÃO - FORMA ORDINÁRIA: AF. nº 1677/89 - FO. nº 05/89 - MARIO RAMOS EUFRASIO - 2 vls. APELAÇÃO: AF. nº 1606/89 - AP. nº 45674 - ARMINDO PALUDO - 2 vls. B) PARA ARQUIVAMENTO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1638/89 - IPM. nº 49/89 - LUIZ ANTONIO PINTO PAIVA (Enc). DESERÇÃO: AF. nº 1639/89 - D. nº 513/89 - EZIQUEL PAULA FARIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1659/89 - Ex.Sent. - JOÃO CARLOS GONÇALVES. APELAÇÃO: AF. nº 1607/89 - AP. nº 45706 - EMERSON MARTINS BARBOZA. AUDITORIA DA 6a. CJM - A) PARA EXECUÇÃO - FORMA ORDINÁRIA: AF. nº 1572/89 - FO. 03/89 - JUCIVAL FRANCISCO DE JESUS. B) PARA ARQUIVAMENTO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1656/89 - IPM. nº 19/89 - JORGE LUIS MARQUES NASCIMENTO. AF. nº 1657/89 - IPM. nº 20/89 - JAILSON MIRANDA DA HORA e outro. EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1640/89 - Ex.Sent. - JOSENILSON SANTANA FERREIRA. AF. nº 1641/89 - Ex.Sent. - EDGAR SANTOS LIMA. AF. nº 1642/89 - Ex.Sent. - CARLOS ROQUE DA SILVA SANTOS. APELAÇÃO: AF. nº 1608/89 - AP. nº 45757 - ENIO ALVES LEMOS. AUDITORIA DA 7a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1658/89 - IPM. 48/89 - TULIO NERY NOGUEIRA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1573/89 - Ex.Sent. - JOSÉ ORLANDO DE SOUZA. AF. nº 1574/89 - Ex.Sent. - CORIOLANO ALVES BEZERRA. AF. nº 1575/89 - Ex.Sent. - JOSIMÁRIO ALVES BEZERRA. AF. nº 1576/89 - Ex.Sent. - REINALDO BARBOSA DA SILVA. AF. nº 1577/89 - Ex.Sent. - MARCEU FERNANDO NOGUEIRA. AF. nº 1578/89 - Ex.Sent. - JOSÉ RODRIGUES DA SILVA. AF. nº 1579/89 - Ex.Sent. - JORGE LUIZ DOS SANTOS FERREIRA. AF. nº 1580/89 - Ex.Sent. - EUGÊNIO TIAGO DA SILVA JÚNIOR. AUDITORIA DA 8a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1581/89 - IPM. nº 24/89 - ROBERTO HENRIQUE NASCIMENTO DE OLIVEIRA. DESERÇÃO: AF. nº 1660/89 - D. nº 507/89 - TOMÉ DA VEIGA FRANCO. INSUBMISSÃO: AF. nº 1661/89 - I. nº 508/89 - FERNANDO JOSÉ ROTERDAN TINOCO. AF. nº 1662/89 - I. nº 509/89 - MARCOS CEZAR FURTADO BEZERRA. APELAÇÃO: AF. nº 1609/89 - AP. nº 45596 - ANDERSON FERREIRA ARAÚJO e outro. AUDITORIA DA 9a. CJM - A) PARA EXECUÇÃO - APELAÇÃO: AF. nº 1610/89 - AP. nº 45671 - SALVADOR DIAS FARIAS. B) PARA ARQUIVAMENTO - APELAÇÃO: AF. nº 1611/89 - AP. nº 45682 - PAULO MARQUES DA SILVA. RECURSO CRIMINAL: AF. nº 1612/89 - RC nº 5886 - DAMISON ALVES DE FREITAS. AUDITORIA DA 10a. CJM - A) PARA ARQUIVAMENTO - INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1643/89 - IPM. nº 26/89 - MARCELO LINS DE OLIVEIRA. AF. nº 1644/89 - IPM. nº 29/89 - LUIZMAR AVELINO DUARTE (Enc). AF. nº 1663/89 - IPM. nº 27/89 - MARCOS ANTONIO SILVA HOLANDA. AUDITORIA DA 11a. CJM - A) PARA EXECUÇÃO - APELAÇÃO: AF. nº 1614/89 - AP. nº 45586 - EDER DIAS SILVA - 2 vls. AF. nº 1616/89 - AP. 45703 - VALMIR RODRIGUES AGUIAR. B) PARA ARQUIVAMENTO - FORMA ORDINÁRIA: AF. nº 1664/89 - FO. nº 30/89 - NÉLSON GONÇALVES DE SOUZA e outros - 02 vls. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR: AF. nº 1583/89 - IPM. nº 2166/89 - FERNANDO TEIXEIRA DE MELLO AMARO (Enc). AF. nº 1679/89 - IPM. nº 2175/89 - FRANCISCO CABRAL DO NASCIMENTO. AF. nº 1680/89 - IPM. 2172/89 - JOÃO EVANGELISTA VIEIRA e outros. DESERÇÃO: AF. nº 1584/89 - D. 581/89 - CARLOS ALMEIDA FABRINO. AF. nº 1585/89 - D. nº 582/89 - MILTON CESAR ALVES ABADIA. AF. nº 1645/89 - D. nº 583/89 - MARCOS BATISTA ALVARENGA. AF. nº 1646/89 - D. nº 584/89 - MARCOS BATISTA ALVARENGA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA: AF. nº 1582/89 - Ex.Sent. - JOEL NUNES DE SOUZA. APELAÇÃO: AF. nº 1613/89 - AP. nº 45425 - DENIVAM LOPES DA SILVA. AF. nº 1615/89 - AP. nº 45710 - VÂNIO LARA. AF. nº 1617/89 - AP. 45649 - BENEDITO MARQUES DA SILVA. AF. nº 1618/89 - AP. nº 45683 - APARÍCIO FERREIRA FILHO. AF. nº 1619/89 - AP. nº 45708 - MARCIO RICARDO DE ALMEIDA. AF. nº 1620/89 - AP. nº 45707 - VLADIMIR ALBERTO RABELO. AF. nº 1621/89 - AP. nº 45751 - CLEONE CORREIA DE OLIVEIRA. AUDITORIA DA 12a. CJM - A) PARA EXECUÇÃO - APELAÇÃO: AF. nº 1622/89 - AP. 45517 - IVAIR NASCIMENTO TAVEIRA e outro - 2 vls. e 1 anexo. EMBARGOS: AF. nº 1625/89 - Emb. nº 44939 - GENTIL ANDRADE DOS SANTOS e outros - 10 vls. B) PARA ARQUIVAMENTO - APELAÇÃO: AF. nº 1623/89 - AP. 45570 - RAIMUNDO

DO PAULO DA SILVA - 3 vls. AF. nº 1624/89 - AP. nº 45660 - ARMÊNIO FERNANDES DA CRUZ.

III - REPRESENTAÇÕES E DESPACHOS

A) REPRESENTAÇÕES

1a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM - IPM. nº 18/89 (Proc. nº 16/89) - AUTOS FINDOS Nº 1569/89 - Acusados: ANTONIO CARLOS PORRECA e outro - O Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar, com fundamento no art. 45, III, do DI. de Organização Judiciária Militar, c/c o art. 498, "b", do Código de Processo Penal Militar, requer CORREÇÃO PARCIAL nos Autos nº 16/89 (IPM nº 18/89), no qual figuram como acusados ANTONIO CARLOS PORRECA e outro, pelos motivos expostos a seguir: o IPM teve origem em requerimento formulado pelo Ministério Público, ao oferecer denúncia no Proc. nº 14/88, que tramitou na 2a. Auditoria do Exército (fls. 11), sendo então encaminhado a esse Juízo Militar, que declinou de sua competência, para uma das Auditorias de Marinha, sendo distribuído para a 1a. Auditoria de Marinha. Após diligências requeridas pelo Ministério Público (fls. 110 e 118), foi oferecida denúncia, em 19 de outubro, próximo, rejeitada pela decisão de fls. 126/128 tendo, então, o Dr. Procurador Militar, em promoção de 9 de novembro, declarado que deixava de interpor recurso, "examinando a questão do inquérito, em referência, do ponto de vista prescricional" e requereu o arquivamento, protestando por prosseguir caso surjam novos elementos que permitam outro enquadramento penal diverso do que foi feito às fls. 135). O pedido foi deferido implicitamente, através do despacho, determinando a remessa dos autos à Corregedoria (fls. 136) e, explicitamente, no final dá já citada decisão de fls. 126 a 128, quando o MM. Dr. Juiz-Auditor rejeitou a peça acusatória "sem prejuízo de exame futuro ante a existência de novas provas" (fls. 128). Inicialmente deve ser examinado o cabimento da CORREÇÃO PARCIAL na espécie. Como ficou exposto acima, rejeitada a denúncia pela respeitável decisão de fls. 126 a 128, o Ministério Público não interps recurso, limitando-se a requerer o arquivamento do feito até que surjam "novos elementos", aceitando a orientação do MM. Dr. Juiz-Auditor ao inadmitir a peça acusatória. Logo, se houve arquivamento, pode ser interposta a CORREÇÃO PARCIAL. No entanto se se entender que não existiu arquivamento e sim decisão irrecorrida, ainda assim, cabe a CORREÇÃO PARCIAL, como já decidiu o Egrégio Supremo Tribunal Federal, no HC nº 44878: "Quando não constituírem sentenças definitivas de absolvição ou condenação, as decisões de primeira instância podem ser apreciadas pela Auditoria de Correição." Passando ao exame do que foi apurado no inquérito, constatamos que, no mês de outubro de 1987, aproximadamente, FERNANDO PEREIRA DE AGUIAR deu carona, em sua bicicleta, à esposa de ANTONIO CARLOS PORRECA, que se encontrava preso. Ao chegar à residência da senhora, esta conduziu Fernando até o quintal e lhe perguntou se dava para notar que havia alguma coisa enterrada, recebendo resposta negativa. Chegando a sua residência, Fernando narrou o fato a seu sobrinho menor, ALEX SANDRO a quem convidou para desenterrar as armas. Apesar dos depoimentos contraditórios, Fernando sabia que se tratava de armamento e foi desenterrá-lo com o sobrinho, porquanto este não poderia localizar o local exato em que as armas estavam enterradas, além da dificuldade de cavar o buraco sem ser visto. A orientação de transferir a responsabilidade dos atos criminosos para o menor de idade é seguida na marginalidade. O criminoso escapa da Justiça e, às vezes, a conduta do penalmente irresponsável não chega ao conhecimento do Juiz de Menor. O menor ALEX SANDRO DE AGUIAR LEMOS continuou a percorrer o inter criminis, deixando seu tio e mentor das atividades ilícitas aparentemente ao abrigo de qualquer risco. Juntamente com MARCELO ALVES DA SILVA procurou vender a arma, o que ficou acertado com um indivíduo de nome "FAU" (identidade ocultada por Marcelo), pelo preço de trinta mil cruzados (valor de outubro de 1987), venda essa que não chegou a se concretizar porque policiais da DVC RIO OESTE apreenderam a arma, depois de denúncia anônima transmitida ao 1º BPE (fls. 37 e 83). Oportuno registrar que a pistola 9mm desaparecida, foi vista por MARCELO ALVES DA SILVA em poder de ALEX SANDRO DE AGUIAR LEMOS (fls. 37), certamente vendida, pelo menor, para outra pessoa. Essas armas eram de ANTONIO CARLOS PORRECA que as enterrou no quintal de sua casa para evitar sua apreensão pela polícia, sendo de lamentar que a esposa desse indiciado não tenha sido intimada para prestar de esclarecimentos no IPM. Como consta dos autos, a arma é um fuzil Fal, calibre 7,62, com inscrição "Marinha de Guerra" (fls. 70/71), características essas que não perdeu, apesar de se tratar de "remontagem de peças inservíveis" (fls. 116). A qualidade de arma de guerra pertencente a uma das Forças Armadas não era desconhecida pelos indiciados. FRANCISCO ANTONIO declarou que FERNANDO lhe dissera "que ambas eram armas do Exército" (fls. 47). GILMAR BARBOSA DE ASSIS afirma que MARCELO lhe disse "que tinha um FAL" (fls. 39). Provada essa circunstância, conclui-se que os indiciados tinham consciência de se tratar de coisa proveniente de crime, porquanto FAL das Forças Armadas não pode ser adquirido licitamente. FERNANDO e o menor ALEX SANDRO o desenterraram do quintal da casa de ANTONIO CARLOS PORRECA, que se encontrava preso pelo Polícia do Exército (fls. 35), logo não há como negar o conhecimento da origem ilícita da arma, independentemente da forma como o armamento saiu do estabelecimento militar e foi parar no quintal de PORRECA. Quanto ao elemento subjetivo do tipo, isto é, o conhecimento de que a arma era proveniente de crime, decorre da própria natureza do bem, isto é, armamento das Forças Armadas, porquanto ninguém, nem mesmo o militar, individualmente, pode vender, doar ou entregar esse tipo de arma e quem compra, recebe ou oculta, sabe que se trata de produto de crime. Além do mais, o art. 255, do CPM, não se refere a ocultar, "como modus da receptação" culposa "pois em tal caso, o dolo é evidente" (Nelson Hungria, Comentários, VII/319), e essa ocultação esteve presente, quando a arma ficou escondida no mata gal e na forma pela qual os indiciados tentaram vendê-la. Salvo casos especiais, a aquisição, recepção ou ocultação de arma pertencente às Forças Armadas, em nosso entendimento, configura-se, sempre, receptação dolosa, diante da incontestável procedência criminosa do bem que não pode ser ignorado pelo receptor, pessoa entendida em armamento, com raríssima exceção. Provada a materialidade do crime de receptação dolosa, data venia, há elementos suficientes para propositura da ação penal contra os que ocultaram e receberam a arma, isto é, ANTONIO CARLOS PORRECA; FERNANDO PEREIRA DE AGUIAR e MARCELO ALVES DA SILVA. Assim sendo, espera o Corregedor da Justiça Militar que, conhecida e dado provimento à CORREÇÃO PARCIAL, sejam os autos encaminhados

dos à Procuradoria Geral da Justiça Militar, para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE. Brasília/DF, 14 de dezembro de 1989. Dr. C. LOBÃO FERREIRA, Corregedor da Justiça Militar. 2a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM - Processo de Forma Ordinária nº 13/88 (Autos Findos nº 1538/89) - Condenado: MN ADÃO PINTO LEONARDO JÚNIOR. O Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar, com fundamento no art. 45, III, do DL de Organização Judiciária Militar, combinado com o art. 498, "b", do Código de Processo Penal Militar, requer CORREIÇÃO PARCIAL, nos autos do Processo de Forma Ordinária nº 13/88, no qual foi condenado o MN ADÃO PINTO LEONARDO JÚNIOR, pelos motivos expostos a seguir: O MN ADÃO PINTO LEONARDO JÚNIOR foi condenado a 1 ano de reclusão, como incurso no art. 290, do CPM, com sursis. No dia 19 de outubro, após a publicação da sentença e da audiência, o Advogado constituído apelou, sendo a petição de recurso despachada no mesmo dia, pelo Dr. Juiz-Auditor Substituto que se limitou a determinar a juntada do requerimento, em vez de mandar que os autos viessem conclusos para receber ou não o recurso. Com inobservância ao art. 513 do CPPM, a petição permaneceu em local ignorado e somente 19 dias depois foi juntada aos autos, com petição do Advogado constituído, desistindo da apelação. Como se vê, não há, nos autos, qualquer explicação sobre os motivos pelos quais o processo ficou parado mais de 15 dias e porque o Dr. Juiz-Auditor Substituto não se pronunciou sobre o recurso interposto. Com quem ficou a petição? Com o Advogado, com o Juiz-Auditor, com o Diretor de Secretaria? Não está esclarecido nos autos. As irregularidades acima apontadas, justificariam a representação, mas outro fato de maior relevância se sobrepõe e diz respeito à validade da desistência do recurso, formulada às fls. 180, pelo Dr. Advogado constituído. Florêncio de Abreu ensina que o réu pode desistir do recurso, pessoalmente "ou por seu procurador, com poderes especiais" (os grifos não são do texto). Prosseguindo, cita Bento de Faria, segundo o qual o condenado "pode exercer o seu direito de renúncia, desistindo do recurso por ventura interposto pelo defensor, mas este não poderá, por si, proceder por igual forma, em recurso manifestado pela própria parte, ou, sem o seu consentimento, do que houver interposto em seu nome" (Comentários ao Código de Processo Penal, vol. V pag. 201). Borges da Rosa transcrevendo voto que proferiu na então Corte de Apelação do Rio Grande do Sul, reafirma o entendimento de Florêncio de Abreu e de Bento de Faria e considera "insubsistente, de nenhum efeito" a desistência da apelação, pelo defensor "porque o acusado não foi notificado da dita desistência, para, ciente dela, tomar as providências que julgasse conveniente, ou para ratificá-la ou para levá-la adiante a apelação", assim como o defensor "não recebeu poder expresso, dado pelo acusado, para desistir do que quer que fosse em prejuízo da sua defesa" (Processo Penal, vol. III, pag. 497). A lição dos eminentes processualistas, data venia, ajusta-se ao caso presente, pois o advogado constituído não tinha poderes para desistir da apelação interposta, nem o sentenciado foi ouvido sobre essa desistência para concordar ou para repudiá-la, sem esquecermos a forma como se processou a juntada da petição de recurso e o requerimento da desistência. Diante do acima exposto, o Corregedor da Justiça Militar vem RE-PRESENTAR a esse Egrégio Superior Tribunal Militar a fim de que o processo seja devolvido à 2a. Auditoria de Marinha da 1a. CJM, onde o sentenciado será ouvido sobre a desistência para ratificá-la ou rejeitá-la. Na segunda hipótese, o Dr. Advogado de ofício será designado para prosseguir no recurso, ressalvado o direito do réu de continuar com o defensor constituído. Nessa oportunidade, caso assim entenda o Tribunal, o Sr. Diretor de Secretaria deverá certificar o que ocorreu com a petição de recurso entre os dias 19 de outubro e 07 de novembro. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE. Brasília/DF, 01 de dezembro de 1989. Dr. C. Lobão Ferreira, Corregedor da Justiça Militar. 2a. AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1a. CJM - IP nº 35/89 (Autos Findos nº 1540/89) - Indiciados: PAULO CÉSAR BRAGA e outro: O Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar, com fundamento no art. 45, III, do DL de Organização Judiciária Militar, c/c o art. 498, "b", do Código de Processo Penal Militar, requer CORREIÇÃO PARCIAL nos autos do IP nº 35/89, no qual figuram como indiciados PAULO CÉSAR BRAGA e outro, pelos motivos expostos a seguir: Os civis PAULO CÉSAR BRAGA e GERALDO MACIEL DA SILVA foram presos em flagrante, portanto, o primeiro, uma pistola calibre "45" muniçada, e o segundo, um revólver calibre "38". Os policiais que efetuaram a prisão receberam um telefonema anônimo, informando que quatro ou cinco elementos encontravam-se no interior de um automóvel, em atitude suspeita, próximo à firma Inega, onde iria ocorrer pagamento de empregados (fls. 4/5). O processo tramitou na 2a. Vara Criminal de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, onde os réus foram condenados, respectivamente, a 1 mês de prisão simples e 50 dias multa e 3 meses de prisão simples, 100 dias multa, como incurso no artigo 19 da LCP. Interposto recurso de apelação pelo réu PAULO CÉSAR BRAGA, a 1a. Câmara do Tribunal de Alçada Criminal do Rio de Janeiro, acolhendo preliminar agitada pelo Juiz Relator, julgou a Justiça comum incompetente e determinou a remessa dos autos à Justiça Militar, em acórdão datado de 3 de abril de 1989 (fls. 148 a 150). Recebidos os autos, em 30 de junho de 1989, na 2a. Auditoria do Exército da 1a. CJM, para onde foi distribuído (fls. 154), o Dr. Procurador Militar requereu fosse informado se a pistola "é de uso exclusivo das Forças Armadas" (fls. 155), o que foi atendido em 14 de setembro, através do laudo de fls. 169. Recebendo o inquérito como vista, o Dr. Procurador Militar, assim se pronunciou: "Após estudo minudente destes autos constatamos a inexistência de prova de que o indiciado tivesse conhecimento da origem da pistola. Assim, em caso de eventual propositura da ação penal, esta seria com base no art. 255 do CPM" (fls. 171). Concluiu requerendo "seja extinta a punibilidade do indiciado PAULO CÉSAR BRAGA, com base no art. 123, inciso IV, do CPM" (fls. 170.v). O pedido foi aceito pelo MM. Dr. Juiz-Auditor que houve por bem "DECLARAR a prescrição da Ação Penal e da punibilidade do civil PAULO CÉSAR BRAGA... uma vez já decorrido o prazo prescricional previsto no art. 125, inciso VI, tudo do CPM" (fls. 171). Como se vê, o Dr. Procurador Militar e o MM. Dr. Juiz-Auditor entenderam que houve crime de receptação culposa (art. 255, do CPM), porque não há prova de que o indiciado "tivesse conhecimento da origem da pistola", não se configurando a receptação dolosa (art. 254, do CPM). Segundo Damásio de Jesus, "prescrição penal é a perda de poder-dever de punir do Estado pelo não-exercício da pretensão punitiva", atingindo o "direito de punir do Estado e, em consequência, extingue o direito de ação". Em seguida refere-se às duas correntes doutrinárias que consideram, respectivamente, a prescrição como instituto de direito processual penal, por constituir "obstáculo ao início ou prosseguimen-

to da persecução criminal", e de direito penal por extinguir "o poder de punir do Estado". Finalmente, conclui que dentro do sistema de nossa legislação, "a prescrição constitui causa extintiva da punibilidade, de natureza penal e não processual penal" (Damásio de Jesus Prescrição Penal, pag. 20/21). Se a prescrição constitui causa extintiva da punibilidade de natureza penal e se constatamos que essa causa não existiu porque não decorreu tempo suficiente, data venia, a a decisão de fls. 171 não pode subsistir, por falta de suporte legal e sua apreciação por esta Corregedoria encontra apoio em acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal, proferido no HC nº 44878: "Quando não constituírem Sentenças definitivas de absolvição ou condenação as decisões de primeira instância podem ser apreciadas pela Auditoria de Correição." Na hipótese sub exame, o civil foi preso em flagrante com arma privativa das Forças Armadas, tendo a 2a. Auditoria do Exército da 1a. CJM reconhecido sua competência. Resta saber se a ocorrência se ajusta à receptação culposa ou dolosa. Afirma o Dr. Procurador no requerimento aceito pelo Dr. Juiz-Auditor que, "após estudo minudente destes autos constatamos a inexistência de prova de que o indiciado tivesse conhecimento da origem da pistola" (fls. 170.v). Embora entendemos que, no caso de receptação de armamento das Forças Armadas, cabe ao acusado civil o ônus de provar, durante instrução criminal, a inexistência de dolo. No caso presente em que a discussão do tema não ultrapassou a fase do inquérito, reafirmamos nosso ponto de vista e discordamos dos fundamentos da decisão porque, a própria declaração do réu serve de alicerce para a propositura da ação penal, por crime de receptação dolosa. Com efeito, PAULO CÉSAR BRAGA afirma que "esta pistola é de propriedade do interrogando que a trocou num 38 devolvendo a importância de cento e cinquenta mil cruzeiros" (fls. 05); "realmente tinha em seu poder a pistola calibre 45 muniçada com sete cartuchos intactos a qual trazia na cintura e que havia adquirido em um posto de gasolina há cerca de cinco meses" (fls. 32). Nessas declarações encontramos o elemento subjetivo, data venia, não identificado pelo Dr. Procurador Militar e pelo MM. Dr. Juiz-Auditor. Conforme Damásio de Jesus, o elemento subjetivo do tipo consiste na "vontade de adquirir, receber ou ocultar coisa produto de crime, consciente o seu jeito dessa circunstância" (Cód. Pen. Anotado, pag. 180, Saraiva, 1989 - os grifos não são do texto). Ora, todo cidadão comum e aquele que tem a vivência do indiciado, como vem demonstrado às fls. 62, sabe que não se troca nem se compra armas das Forças Armadas e, se o faz, tem consciência de que por um meio ou por outro, está adquirindo coisa proveniente de crime, porquanto não se trata de bem existente no mercado e aqueles que circulam nos subterrâneos da ilicitude são produtos de crime e essa circunstância não é desconhecida de quem procura o maior poder ofensivo dessas armas para usá-las não se sabe onde nem como. Como ficou exposto, não houve prescrição da pretensão punitiva do Estado, porquanto o crime apurado nestes autos, na integridade dos elementos objetivos é subjetivos do tipo, ainda não foram alcançados pelo prazo prescricional, importando em arquivamento, a decisão que reconheceu a prescrição inexistente. Diante do exposto, o Corregedor da Justiça Militar espera seja conhecida e deferida a CORREIÇÃO PARCIAL, a fim de que, desarquivado, este inquérito retorne à 2a. Auditoria do Exército da 1a. CJM para as providências cabíveis na espécie. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE. Brasília/DF, 06 de dezembro de 1989. Dr. C. Lobão Ferreira, Corregedor da Justiça Militar.

B) DESPACHOS

AF. nº 1627/89 - FO. nº 15/88 - 2 vls. (1a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se a falta de rubrica do Diretor de Secretaria no carimbo tornado sem efeito e a juntada dos ofícios de fls. 824 e 826 entre a sentença e a ata. Brasília/DF, 11.12.89. AF. nº 1665/89 - FO. nº 09/89 (1a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o ofício de fls. 274 deveria ter sido juntado após a ata. Em, 14.12.89. AF. nº 1628/89 - Ex.Sent. (2a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se a falta de assinatura no despacho de fls. 17 e a falha de numeração, passando da folha 17 para a folha 20. Em, 11.12.89. AF. 1629/89 - Ex.Sent. (2a. AUDITORIA DE MARINHA DA 1a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que após a folha 16 segue a folha 15. Em, 11.12.89. AF. nº 1590/89 - AP. nº 45600 (1a. AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, providenciando-se o destino cabível ao bem apreendido (fls. 83), caso ainda esteja na Auditoria. Em, 11.12.89. AF. nº 1633/89 - FO. nº 10/89 - 2 vls. (2a. AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. O MM. Dr. Juiz-Auditor deve encerrar as assinaturas da sentença (art. 438, e; in fine, do CPPM). Em, 11.12.89. AF. nº 1635/89 - FO; nº 09/87 (3a. AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para execução, caso o sentenciado se apresente ou venha a ser capturado. O Dr. Procurador Militar lançou ciente às fls. 171, não constando sua presença na sessão de leitura de sentença, nem certidão de intimação, o que era indispensável, pois o Dr. Procurador não menciona a data em que teve ciência da sentença. A petição de fls. 159 foi juntada sem despacho da MMa. Dra. Juíza-Auditora. Brasília/DF, 11.12.89. AF. nº 1636/89 - Ex.Sent. - (1a. AUDITORIA DA 2a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se a rasura no carimbo de protocolo (fls. 24). Brasília 11/12/89. AF. nº 1670/89 - Ex.Sent. - (1a. AUDITORIA DA 2a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, recomendando-se que se proceda à juntada da folha de presença, antes do arquivamento. Em, 14.12.89. AF. nº 1671/89 - Ex.Sent. (1a. AUDITORIA DA 2a. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, recomendando-se a juntada da folha de presença, antes do arquivamento. Em, 14.12.89. AF. nºs 1672/89, 1673/89, 1674/89, 1675/89, 1676/89 - Execuções de Sentença (1a. AUDITORIA DA 3a. CJM): Visto, etc. Os procedimentos executórios no Juízo Militar tramitam praticamente sem interferência do Ministério Público e da defesa. Quanto ao órgão de acusação, essa ausência justificava-se em razão do ponto de vista expresso em promoção lançada em autos de execução de sentença, ao lhe ser apresentado o procedimento para se pronunciar sobre a concessão de indulto. Nessa oportunidade, o Ministério Público recusou-se a dar o seu parecer, tomando como fundamento o acórdão proferido no Recurso Criminal nº 5423, do qual

foi relator o então Ministro Jorge Alberto Romeiro: "... para fins de indulto, só o Auditor pode ajuizar, como executor único que é de suas próprias sentenças. No procedimento do indulto não há ação penal, on e o MPM possa figurar como parte..." A falta de substância legal e doutrinária no pronunciamento acima é facilmente demonstrada. Como diz Hélio Tornaghi "a confusão entre ação e processo leva, por vezes, a erros lamentáveis, como o da lei de Contravenções Penais (art. 17), e do Código de Processo Penal (art. 26), que falam em ação pública, quando de fato o procedimento independe de ação..." (A Relação Processual Penal, página 243). Logo, dentro da lógica do acórdão não caberia, na Justiça comum, interferência do promotor nos procedimentos contravençionais, nem no homicídio e lesões corporais culposas (Lei nº 4.611/65), art. 1º, caput) como, igualmente, na Justiça Militar, nos processos por crime de deserção e insubmissão, pois "não há ação penal, on de o MPM possa figurar como parte" (sic). O conhecimento da doutrina processual penal, sem muita profundidade, nos ensina que partes são os que se situam nos pólos da relação processual, seja ela linear ou triangular ou, como diz Frederico Marques, a "posição de parte a pes soa adquira pelo fato de figurar, em seu próprio nome, em uma causa, como sendo aquele que pede, ou aquele contra o qual se pede, a decisão do Juiz" (Tratado, 2ª vol., pág. 236). Logo, partes existem quando se estabelece a relação processual, mesmo sem ação penal, como ocorre na contravenção, no homicídio e lesões culposas, na deserção e na insubmissão e, também na fase de execução inclusive no incidente de indulto que o relator do acórdão denominou de "procedimento do indulto". A posição de parte é adquirida, por exemplo, nos procedimentos relativos às medidas preventivas e assecuratórias, como no pedido de restituição formulado pelo terceiro prejudicado (art. 192, caput, do CPPM), que passa a figurar como parte, isto é, aquele que pede a decisão do Juiz. Se não fosse suficiente, a doutrina, a clareza meridiana da lei serve para se rejeitar a orientação adotada pelo Ministério Público da 1ª, Auditoria da 3ª. CJM. Segundo a atual Lei de Execução Penal, cabe ao Ministério Público fiscalizar a execução da pena "oficiando no processo executivo e nos incidentes de execução" (art. 67 - os grifos não são do texto), sem esquecermos que a lei processual penal militar, nos arts. 648 e 650, determina, expressamente, a interferência do Ministério Público, na concessão do indulto. Constatamos, ainda, a ausência de intimação da defensoria de Ofício, nas decisões desfavoráveis ao sentenciado. Registre-se, encaminhando-se cópia deste despacho ao Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral da Justiça Militar. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Em, 15.12.89. AF. nº 1637/89 - Ex.Sent. (AUDITORIA DA 4ª. CJM): Visto, etc. Ao Arquivo do STM, oportunamente, ressaltando-se as rasuras na numeração das fls. 12 e 13. Em, 11.12.89. AF. nº 1638/89 - IPM nº 49/89 (AUDITORIA DA 5ª. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. O requerimento formulado pelo Dr. Procurador Militar, em seu pronunciamento de fls. 90, segundo consta dos autos, não foi apreendido, o que é conveniente, antes do arquivamento. Ressalvo a rasura na numeração da folha 28 e a posição dos números 68 e 79, no anverso das fls. 67 e 78. Em, 11.12.89. AF. nº 1659/89 - Ex.Sent. - (AUDITORIA DA 5ª. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressaltando-se a falta de assinatura do Diretor de Secretaria, no carimbo de fls. 33 e a falta de rubrica na numeração dessa folha. Em, 12.12.89. AF. nº 1572/89 - FO. nº 03/89 (AUDITORIA DA 6ª. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para execução. Ressalvo a falta de assinatura da Diretora de Secretaria no carimbo de fls. 239, v. Em, 06.12.89. AF. nº 1661/89 - I. nº 508/89 (AUDITORIA DA 8ª. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressaltando-se a falta de ordenamento cronológico das folhas do processo. Em, 12.12.89. AF. nº 1662/89 - I. nº 509/89 (AUDITORIA DA 8ª. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressaltando-se a falta de ordenamento cronológico das peças dos autos. Em, 12.12.89. AF. nº 1625/89 - Emb. nº 44939 - 5 vls. e 5 anexos (AUDITORIA DA 12ª. CJM): Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportuna

mente, para prosseguir em execução, com instauração de procedimento executivo, em relação aos dois sentenciados que cumprem pena. Em, 11.12.89.

CONCLUSÃO

Nos autos vistos em correição durante o mês de dezembro, foram proferidos despachos em 116 (cento e dezesseis) Autos Findos e, de conformidade com o que neles ficou consignado, foram remetidos ao STM 6 (seis), sendo três em grau de representação e 3 (três) para arquivamento e às Auditorias de origem 110 (cento e dez), sendo 12 (doze) para prosseguirem em execução e 98 (noventa e oito) para arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiência às 17:30 horas, que depois de lida e achada conforme, a presente Ata vai assinada pelo Corregedor e subscrita pela Diretora de Secretaria.

Eu, CREONICE EVARISTO DA SILVA, Técnico Judiciário, que a datilografei e,

Eu, DRA. VERA REGINA SALIBA ALVES BRANCO, Diretora de Secretaria, que a subscrevo.

C. LOBÃO FERREIRA
Corregedor da Justiça Militar

Editais e Avisos

Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno

EDITAL DE 22 DE JANEIRO DE 1990

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, torno público, para ciência dos Senhores Advogados e demais interessados, que o egrégio Tribunal Pleno, em consonância com o artigo 66, § 2º, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, fará realizar a primeira SESSÃO PLENA EXTRAORDINÁRIA, no dia 1º/02/90 (primeiro de fevereiro de um mil novecentos e noventa), quinta-feira, às 13:30hs (treze horas e trinta minutos), oportunidade em que serão abertos os trabalhos judiciais do presente exercício e iniciado o julgamento dos feitos remanescentes (processos com vista regimental e em diligência) e daqueles incluídos na pauta do referido dia, bem como dos Embargos Declaratórios de sua competência.

DEJANIRA GREFF TEIXEIRA
Subsecretária do Tribunal Pleno
no exercício da Secretaria

AVISO

MUSEU DA IMPRENSA

Inaugurado a 13 de maio de 1982, contém o acervo histórico da Imprensa no Brasil.

VENHA CONHECÊ-LO!

Horário de visitação:

de 3ª a 6ª feira, das 9 às 17 horas

BIBLIOTECA DA IMPRENSA NACIONAL

A Imprensa Nacional possui, para consulta, várias publicações oficiais

Fornecemos cópias autenticadas de publicações dos Diários Oficiais

Maiores informações pelo fone 321-5566, ramais 300 e 301, ou no próprio local, no SIG - Quadra 6 - Lote 800

CEP 70.604 - Brasília - DF

Governo Federal - Tudo pelo Social

PARECERES DA CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Volumes	Preços NCZs
89	93,00
91	93,00
92	93,00
94	93,00
95	93,00
96	93,00

Aquisições: Imprensa Nacional

Não operamos com reembolso postal.

GOVERNO FEDERAL - TUDO PELO SOCIAL

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA
RONALDO REBELLO DE BRITO POLETTI

PARECERES
DA
CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA
AGOSTO DE 1989 A MARÇO DE 1989
vol. 94

★

BRASILIA - 1989

SENHOR ASSINANTE:

A Imprensa Nacional esclarece aos assinantes que:

- as assinaturas do Diário Oficial e do Diário da Justiça são feitas por período de três meses, não tendo efeito retroativo.
- a data de vencimento da assinatura é impressa em cada exemplar enviado (confira o carimbo na primeira página).
- as reclamações para reposição devem ser feitas no prazo de 15 dias da data de publicação.
- as renovações devem ser efetuadas com 15 dias de antecedência de seu término, para evitar interrupção nas remessas.
- os prazos médios de entrega, fixados pela ECT, são os constantes na Tabela abaixo.
- a aquisição de números atrasados depende de consulta.

Indispensável mencionar CEP correto de sua cidade ou região

CUPOM DE ASSINATURA

ASSINE O DIÁRIO OFICIAL

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Cx. Postal: _____

VALOR DA ASSINATURA TRIMESTRAL VALOR DO PORTE (POR ASSINATURA)

	Superfície	Aéreo
<input type="checkbox"/> Diário Oficial — Seção I NCz\$ 748,00	<input type="checkbox"/> NCz\$ 143,22	<input type="checkbox"/> NCz\$ 572,88
<input type="checkbox"/> Diário Oficial — Seção II NCz\$ 196,00	<input type="checkbox"/> NCz\$ 71,94	<input type="checkbox"/> NCz\$ 286,44
<input type="checkbox"/> Diário da Justiça — Seção I NCz\$ 733,00	<input type="checkbox"/> NCz\$ 262,02	<input type="checkbox"/> NCz\$ 1.046,76
<input type="checkbox"/> Diário da Justiça — Seção II NCz\$ 603,00	<input type="checkbox"/> NCz\$ 143,22	<input type="checkbox"/> NCz\$ 572,88

acrescido do

Anexo o cheque n.º _____ do Banco _____

no valor de NCz\$ _____ nominal à Imprensa Nacional; referente ao pagamento de assinaturas assinaladas acima.

Obs.: No caso de órgãos públicos, anexar cópia da Nota de Empenho.

PRAZO DE ENTREGA*

Via superfície

Destino	Prazo
Belo Horizonte, Cuiabá, Goiânia Rio de Janeiro e São Paulo	D + 6
Belém, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, São Luís, Teresina e Vitória	D + 7
Fortaleza, Porto Alegre, Porto Velho e Salvador	D + 8
Aracaju, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal e Recife	D + 9
Macapá	D + 11
Boa Vista, Vila dos Remédios	D + 13

D = DIA DA POSTAGEM.

Os Diários Oficiais postados como urgentes, via aérea, serão entregues no prazo médio de 2 dias após o dia da postagem.

(*) Postagem urgente ou via aérea são entregues no prazo médio de dois dias.

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)

SIG — Quadra 06 — Lote 800 — Brasília — DF — CEP 70604

Telefone (061) 321-5566 — R. 305/309 ou (061) 226-2586; 226-6812 e 226-7230.

Horário: 8:30 às 12:30 hs e 13:30 às 17:00 hs.



Gráficas desde 1808

GOVERNO FEDERAL — TUDO PELO SOCIAL

PREÇO DESTE EXEMPLAR EM BRASÍLIA: NCZ\$ 1,90